



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Autógrafo nº. 2317

(Projeto de Lei nº. 65/2004, do vereador Carlos Aparecido Barbosa)

Permite o exercício da atividade complementar em farmácias e drogarias, a comercialização dos artigos que especifica e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cordeirópolis decreta:

Art. 1º. – Ficam as farmácias e drogarias do Município de Cordeirópolis autorizadas a praticar o comércio dos seguintes produtos:

- I – bijuterias;
- II – filmes fotográficos;
- III – leite em pó ou embalagem longa vida;
- IV – pilhas;
- V – meias elásticas;
- VI – cartões telefônicos;
- VII – cosméticos;
- VIII – bebidas isotônicas;
- IX – água mineral;
- X – produtos de higiene pessoal;
- XII – produtos dietéticos;
- XIII – cereais matinais;
- XIV – sorvetes;
- XXII – refrigerantes e sucos industrializados;
- XXIII – artigos médico-hospitalares.

Parágrafo único – Fica expressamente proibida a comercialização de bebidas alcoólicas, cigarros, inseticidas, ração animal, produtos agrotóxicos, alimentos *in natura*, alimentos de fabricação caseira, hortifrutigranjeiros e alimentos derivados de animais, exceto leite e mel.

Art. 2º. – Para o atendimento ao disposto no artigo anterior, os estabelecimentos deverão:

- I – dispor de estrados, gôndolas, prateleiras, geladeira, freezer ou balcão refrigerados, adequados para a exibição e conservação dos produtos;
- II – estabelecer procedimentos de controle diário de temperatura e umidade em seus equipamentos e no ambiente, a fim de garantir a qualidade dos produtos;
- III – possuir área física suficiente para a disposição adequada dos produtos na área de venda e no depósito, separados das instalações utilizadas para comércio e armazenamento de medicamentos;
- IV – comercializar apenas produtos registrados ou declarados “isentos de registro” pelo órgão competente.

Art. 3º. – Deverão ser observados os seguintes procedimentos quanto à aquisição e comercialização dos produtos citados:



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício “Dr. Cássio de Freitas Levy”

I – os alimentos devem ter registro no Ministério competente e ficar separados dos demais produtos e medicamentos;

II – os produtos devem obedecer à rotulagem da legislação específica e acondicionados em unidades pré-embaladas, vedado o seu fracionamento.

Art. 4º. – Será afixado em lugar visível ao público, dentro da farmácia ou drogaria, quadro contendo a “Licença de Funcionamento”, o “Certificado de Regularidade Técnica”, emitido pelo Conselho Regional de Farmácia, o alvará emitido pela Prefeitura Municipal, além de outros exigidos pela legislação.

Art. 5º. – Ficam autorizadas as farmácias e drogarias a realizar nebulização e/ou inalação em local separado da sala de aplicação, devendo oferecer condições técnicas, higiênicas e sanitárias adequadas, registrando os procedimentos em livro específico, segundo as normas sanitárias vigentes, administrando medicamentos somente mediante prescrição médica.

Art. 6º. – Fica autorizada a realização de procedimentos de verificação de temperatura corporal e pressão arterial.

Parágrafo único – No acompanhamento de pacientes hipertensos, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I – é vedada a utilização de procedimentos técnicos para indicação ou prescrição de medicamentos;

II – os aparelhos de verificação de pressão arterial devem ser aferidos anualmente, ou quando necessário, por instituição oficial ou assistência técnica autorizada, emitindo “selo de garantia” da aferição;

III – na observação de alterações significativas na temperatura e pressão dos pacientes, estes deverão ser encaminhados ao serviço de saúde mais próximo para assistência médica;

IV – deverá ser afixado, no local onde for aferida a pressão, um cartaz com os seguintes dizeres: **“ISTO NÃO É UMA CONSULTA MÉDICA, NÃO SE AUTOMEDIQUE E NÃO ACEITE INDICAÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA REGULAÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL. CONSULTE SEU MÉDICO”**.

Art. 7º. – Fica autorizada a colocação de brincos, feita pelo farmacêutico, com aparelhos próprios para este fim, na sala de aplicação de injetáveis, observadas as condições de assepsia e desinfecção, sendo vedada a utilização de agulhas de aplicação de injeções, agulhas de suturas ou outros objetos para a realização da perfuração.

Art. 8º. – As injeções só poderão ser administradas nas farmácias e drogarias, por farmacêutico ou profissional habilitado, com autorização expressa do responsável técnico do estabelecimento.

§ 1º. – Deverá ser afixada, na sala de aplicações, relação contendo o nome de todos os profissionais autorizados a aplicar injeções.

§ 2º. – O estabelecimento deverá manter um livro de receituário para registro das injeções efetuadas.

§ 3º. – As aplicações de injeções só poderão ser efetuadas mediante a apresentação de prescrição médica.

Art. 9º. – Fica proibida a captação de receitas contendo prescrições magistrais e oficinais em drogarias, ainda que em filiais da mesma empresa, bem como intermediações entre empresas.



CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Art. 10 – Toda farmácia ou drogaria deverá contar, obrigatoriamente, com profissional farmacêutico responsável ou substituto, que assuma e exerça a direção técnica, de modo efetivo e permanente, em todo o horário de funcionamento do estabelecimento, para atendimento às exigências da lei.

Art. 11 – Ficam obrigadas as farmácias e drogarias estabelecidas no Município a apresentar à Vigilância Sanitária Municipal o "Manual de Boas Práticas de Dispensação", conforme Resolução Anvisa nº. 328/99 e alterações.

Art. 12 – A autorização concedida por esta lei não permite descaracterizar ou comprometer as condições sanitárias do estabelecimento farmacêutico.

Art. 13 – Os estabelecimentos que usufruam dos benefícios desta Lei poderão ser fiscalizados, a qualquer tempo, para fins de verificação do cumprimento das condições de exercício das atividades suplementares.

Art. 14 – Os estabelecimentos infratores ficarão sujeitos às sanções previstas na legislação municipal, estadual e federal em vigor.

Art. 15 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, 4 de novembro de 2004.


CARLOS APARECIDO BARBOSA
Presidente


LUIZ CARLOS DA SILVA
1º. Secretário


REGINALDO MARTINS DA SILVA
2º. Secretário